



Assembleia de Freguesia de Amora

ATA N. 5/2014

Aos quinze dias, do mês de Dezembro, do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Amora, em **Sessão Ordinária**, no Auditório da Junta de Freguesia de Amora sito na Rua 1.º de Maio, em Amora, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Pedro Manuel da Silva Mogárrio e secretariada por Higinio António da Silva Coutinho e Sofia Alexandra de Jesus Andrade, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1º. – Discussão e Aprovação da Ata n.º 4/2014;**
- 2º. – Período Aberto à População;**
- 3º. – Período Antes da Ordem do Dia;**
- 4º. – Período da Ordem do Dia:**
 - a) Apreciação do 4.º Relatório Trimestral de 2014;**
 - b) Discussão e aprovação do Orçamento, Plano Plurianual das Ações e Plano Plurianual de Investimentos, relativos ao ano de 2015 (a aprovar em minuta).**
 - c) Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Amora (a aprovar em minuta);**
 - d) Discussão e aprovação da proposta de atualização de Taxas e Licenças para o ano de 2015 (a aprovar em minuta).**

Estiveram presentes, para além dos Secretários supra mencionados, os (as) Senhores (as), Albino Júlio Silva Marquês, Almerinda Lopes Bento, Ana Sofia Clemente dos Santos, Bruno Miguel Machado Vasconcelos, Deolinda Maria Flor Nunes, Fátima Isabel Frazão Prior, Fernando Manuel da Ponte Alves, Germano Correia Oliveira Meruge, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, José António Cardoso da Silva, Maria Júlia dos Santos Freire, Nuno Filipe Pombo Soares Nunes, Nuno Miguel Ribeiro Conceição, Rui Fernando

Valente Algarvio, Rui Manuel Segura Rosa, Sara Sofia Oliveira da Silva Lopes e Vítor Manuel Lopes Gonçalves.

Não estiveram presentes, os seguintes membros da Assembleia:

Carlos Manuel Cardoso Andrade (PS) que requereu, por motivos pessoais, a sua substituição nesta Assembleia, sendo substituído pelo membro seguinte da lista política por que foi eleito, Germano Correia Oliveira Meruge.

Irene Maria Gabriel Almeida Capinha (PS) que requereu, por motivos pessoais, a sua substituição nesta Assembleia, sendo substituída por membro da mesma lista política por que foi eleita Sara Sofia Oliveira da Silva Lopes.

Arménio da Silva Francisco (PSD) que requereu, por motivos de saúde, a sua substituição nesta Assembleia, não sendo possível proceder à sua substituição porque o pedido foi efetuado no próprio dia da Assembleia.

Da Junta de Freguesia, compareceram os seguintes membros: Manuel Ferreira Araújo, Maria Helena Arraiolos Quinta, Cláudia Raquel de Oliveira Reis, Horácio Pinto Cardoso, Joaquim Inácio Murteira Saiote, Eunice Isabel Alves Teixeira e Eugénio de Figueiredo Costa.

Verificado o quórum para funcionamento, e existindo o mesmo, deu-se início aos trabalhos.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, dirigiu-se a todos os presentes no sentido de justificar uma alteração à Ordem de Trabalhos que se prende com o facto do cante alentejano ter sido classificado, pela UNESCO, património imaterial da Humanidade. Este é um elemento cultural muito importante do nosso país, da nossa região e da nossa freguesia que tem muitos alentejanos, de primeira e segunda geração, que muito têm feito pelo desenvolvimento da nossa terra.

Fez por isso um pedido de compreensão aos membros da assembleia no sentido de admitirem que seja feita uma intervenção através do cante alentejano por um grupo da nossa freguesia, o Grupo Coral Operário Alentejano do Centro Cultural e Desportivo das Paivas, para poder partilhar com os presentes a satisfação do reconhecimento do cante alentejano para Portugal e para os alentejanos.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, cumprimentou todos os presentes e em nome do executivo disse que é para eles uma grande honra terem presente o Grupo Coral Operário Alentejano do Centro Cultural e Desportivo das Paivas. É um grupo com quase quarenta anos de existência e que muito tem contribuído para que o cante alentejano fosse agora classificado como Património Imaterial da Humanidade e por isso não poderiam estar mais de acordo com o momento.

Atuação do Grupo Coral Operário Alentejano do C.C.D. das Paivas

Após a atuação um dos seus membros deixou algumas palavras à Assembleia :

“Nós Grupo Coral Operário Alentejano do Centro Cultural e Desportivo das Paivas, dado que a Junta de Freguesia sempre nos tem apoiado decidimos contactá-la no sentido de deixar aqui os nossos cumprimentos. Dizer que estamos muito orgulhosos em termos participado com a nossa humildade, teimosia e persistência para que o cante alentejano tivesse sido reconhecido e aprovado pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade. O povo alentejano e os grupos corais estão de parabéns, assim como todos os portugueses, por este dia histórico para o cante alentejano...”

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, antes de iniciar os trabalhos propôs à Assembleia uma alteração à Ordem de Trabalhos: Aditar uma linha ao 4º.Ponto – Período da Ordem do Dia:

e) Proposta de adesão à Plataforma Cívica da Península de Setúbal em defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Referiu que a ordem de trabalhos não pode ser alterada arbitrariamente pela mesa, tal carece de consentimento unânime de todos os membros da Assembleia.

Informou que não podem integrar qualquer tipo de organismo ou associação informal sem o consentimento da Assembleia de Freguesia e por isso este aditamento à ordem de trabalhos propõe que o órgão Assembleia de Freguesia possa integrar a plataforma.

Posta a proposta de alteração à Ordem de Trabalhos a votação foi a mesma aprovada por unanimidade, ficando a mesma com a seguinte redação:

1º. – Discussão e Aprovação da Ata n.º 4/2014;

2º. – Período Aberto à População;

3º. – Período Antes da Ordem do Dia;

4º. – Período da Ordem do Dia:

a) Apreciação do 4.º Relatório Trimestral de 2014;

b) Discussão e aprovação do Orçamento, Plano Plurianual das Ações e Plano Plurianual de Investimentos, relativos ao ano de 2015 (a aprovar em minuta).

c) Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Amora (a aprovar em minuta);

d) Discussão e aprovação da proposta de atualização de Taxas e Licenças para o ano de 2015 (a aprovar em minuta);

e) Proposta de adesão à Plataforma Cívica da Península de Setúbal em defesa do Serviço Nacional de Saúde (a aprovar em minuta);

Entrou-se no 1º Ponto da Ordem de Trabalhos – Aprovação da Ata n.º 4/2014;

Não havendo intervenções a registar, a Ata n.º 4/2014 foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Entrou-se no 2º Ponto da Ordem de Trabalhos – Período Aberto à População

Joaquim Vilhena, teve a palavra para dizer que o assunto que o trouxe a esta assembleia foi falar do seu Alentejo, do seu povo, as suas tradições e seus costumes.

Falar do Alentejo é também falar de uma tradição de luta. Quem não se recorda, por exemplo, das jornadas de luta pelas oito horas de trabalho e as jornas de vinte escudos.

É falar de um povo que apesar de muitos sacrifícios e depois de um árduo dia de trabalho tem sempre um pouco do seu tempo para o cante. Quem não se recorda de uma “moda” com o título “Há lobos sem ser na serra” que chegou a ser proibida no tempo da ditadura, pois os lobos eram a imagem da PIDE e os cães rafeiros alentejanos eram quem protegem o povo desses ditos lobos.

Saudou todos os grupos corais por no passado dia vinte e sete (27), o cante alentejano ter sido reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade.

Saudou também as entidades intervenientes no processo como por exemplo a Câmara Municipal de Serpa e a “Casa do Cante”, assim como todos os grupos corais alentejanos que têm levado a sua cultura a todo o país e comunidades portuguesas no estrangeiro.

Por ultimo deixou uma saudação muito especial à Junta de Freguesia de Amora por apoiar e ter no seu seio o Grupo Coral Operário do Centro Cultural e Desportivo das Paivas, assim como à Câmara Municipal do Seixal que tem apoiado todos os grupos corais alentejanos sem exceção.

Viva o Alentejo, viva o cante alentejano.

Não havendo mais intervenções, **deu-se entrada ao 3º Ponto da Ordem de Trabalhos – Período Antes da Ordem do Dia**

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, informou que deram entrada na mesa oito (8) Moções, três (3) Saudações e dois (2) Votos de Pesar.

Antes de entrar neste ponto da ordem de trabalho prestou um esclarecimento sobre um assunto colocado na última Assembleia e que tem a ver com a toponímia.

Efetivamente, em trinta de Setembro de dois mil e dois (30.09.2002), a assembleia deliberou, por unanimidade, a emissão de parecer favorável para figurarem na toponímia da freguesia de Amora, os nomes dos padres Manuel Marques e José Paula, e essa moção foi encaminhada para a Câmara. Em Março de dois mil e cinco (03.2005) o executivo da junta de freguesia emitiu parecer favorável nesse sentido que também enviou para a Câmara.

Como todos sabem os nomes das artérias são atribuídas desde que as mesmas existam. O facto é que nos últimos tempos não tem havido na nossa freguesia a criação de novas artérias porque não existem novos loteamentos.

Em tempos falou com o Sr. Diamantino, que era na altura o funcionário responsável pela toponímia da Câmara Municipal do Seixal, que o informou que na freguesia de Amora existia um jardim na Amora de cima a que eventualmente poderia ser dado o nome de um dos padres. Na Rua Luz Soriano existia uma praceta, em impasse e sem nome, a que se pensou dar o nome do outro padre.

O assunto não está esquecido, as coisas levam o seu tempo, por vezes não aquele que desejaríamos. A Assembleia pediu esclarecimentos à Câmara sobre esta matéria e está a aguardar uma resposta.

Sara Lopes (PS), disse que no prolongamento da Rua Irene Lisboa, nas traseiras do Centro Paroquial de Amora, onde existem umas garagens, a via não tem nome. Talvez pudesse ser um local para atribuir o nome de um dos padres acima mencionados.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, sugeriu à interveniente anterior que elabore uma proposta nesse sentido e a entregue à mesa.

Isabel Antas (PS), apresentou à Assembleia uma **Moção com a epigrafe “Pela eliminação da violência contra as mulheres”**, a que corresponde o **Doc. 1**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Não havendo intervenções a registar, **foi a Moção posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Tal como propunha a moção aprovada foi feito um minuto de silêncio em memória das mulheres mortas e vítimas de violência doméstica.

Nuno Conceição (PS), apresentou à Assembleia uma **Moção com a epigrafe “PS Amora reprovava aumento do IMI no Concelho do Seixal” a que corresponde o Doc. 2**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Declarou que não podia deixar de agradecer o gesto e a amabilidade que teve o Grupo Coral Operário Alentejano do Centro Cultural e Desportivo das Paivas em ter vindo a esta assembleia cantar duas modas, o que na sua opinião foi bastante agradável e interessante. Disse não ser um grande conhecedor do cante alentejano, mas agora com toda a divulgação desta questão cultural de grande relevo para o nosso país foi com agrado que ouviu um grupo da freguesia.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Nuno Pombo (CDU), começou por dizer que é óbvio que a Câmara Municipal do Seixal gostaria de não ter de tomar esta decisão.

Existem limites máximos e mínimos para imposição do IMI. O limite máximo é de zero virgula cinco por cento (0,5 %) e a Câmara decidiu aumentar de zero virgula trezentos e noventa e cinco por cento (0,395 %) para zero virgula quatrocentos e cinco por cento (0,405 %) o que se traduz num aumento de dois e meio por cento (2,5 %). Na prática estão a falar num aumento médio entre os seis e os oito euros por ano a cada munícipe.

Neste cálculo é preciso ter em atenção o preço por metro quadrado e o valor patrimonial do imóvel. Existem Câmaras com um preço por metro quadrado superior ao do município do Seixal. Tal implica que existam municípios que se podem dar ao luxo de poder baixar a taxa de IMI o que não significa que o que é cobrado aos munícipes não seja superior ao que é cobrado pela Câmara Municipal do Seixal.

Deu o exemplo da Câmara do Montijo, que é uma Câmara Socialista, onde a taxa de IMI é de zero virgula quatrocentos e quarenta por cento (0,440 %).

Na sua opinião existe uma certa desonestidade intelectual quando se critica este aumento, quando sabemos que tem existido sempre uma preocupação, por parte da Câmara e das Juntas de Freguesia, em não elevar e imputar aos munícipes a estrutura de custos (taxas e licenças), e se tivermos em consideração todo o conjunto de medidas que têm sido aplicadas nos últimos anos que fizeram honrar de modo avassalador o custo de vida da população. Estão a falar do desemprego, da crise, do buraco do BPN, do aumento dos impostos, na diminuição dos salários, no congelamento das carreiras, etc. Estão a falar de políticas e medidas que foram também tomadas na altura do governo PS, como por exemplo o FAM (Fundo Apoio Municipal), o PEC 1 o PEC 2, PEC 3 e PEC 4 onde é dito claramente que a lei das finanças locais não é cumprida.

O Partido Social Democrata ainda veio agravar mais esta situação com as sua políticas de austeridade.

Terminou a sua intervenção dizendo lamentar esta forma “curta” de ver as situações.

Bruno Vasconcelos (PSD), começou por dizer que leu atentamente a Moção do PS e acrescentou que não é só o IMI que aumenta, é também o IRS. Retificou o orador anterior

ao dizer que a taxa de IMI no Município do Seixal aumentou para zero virgula quatrocentos e quinze por cento (0,415 %).

Relativamente ao FAM achou engraçado que um partido que apoia a solidariedade entre as pessoas, não apoie a solidariedade entre os municípios.

É óbvio que o PSD reprova o aumento do IMI no Concelho do Seixal mas não poderá votar a favor desta moção tendo em conta o que nela é dito : “...perante as políticas criminosas que os partidos PSD/CDS estão a praticar...”. Que saibam ainda não estão a ser investigados na justiça.

Se a referida frase fosse retirada a sua bancada estaria disposta a aprovar a moção, caso contrário irão votar contra.

Nuno Conceição (PS), começou por lamentar as palavras do eleito da CDU quando disse que eram apenas dez euros de aumento. Isso com certeza se o cálculo for para um Imóvel com um baixo valor patrimonial. Se falarem de imóveis com custos mais elevados o aumento será muito mais do que isso. O que é importante dizer é que há um aumento do imposto e a bancada do PS está contra o aumento de qualquer tipo de impostos. Quem é contra os aumentos levados a cabo pelo governo, coerentemente também será contra o aumento de impostos pela parte do município.

Achou também interessante o mesmo interveniente ter referido a Câmara do Montijo. Não entende porque se há-de ir buscar os maus exemplos e não os bons, tal como fez a sua bancada quando deu o exemplo da Câmara de Almada, que por acaso é de maioria CDU.

Vítor Gonçalves (CDU), teve a palavra e começou por dizer que é evidente que ninguém gosta que lhe “mexam nos bolsos” e a Câmara Municipal do Seixal também não gosta de o fazer, mas é óbvio que teve razões, mais do que suficientes, para proceder a este aumento do IMI. Este aumento terá consequências políticas e na culpabilidade e na razão de ser de isto ter de ser aplicado.

Quando existem cortes sucessivos no Orçamento Geral de Estado, quando se tenta aplicar o FAM, que na sua opinião é uma forma abusiva de obrigar a compartilhar responsabilidades que são do governo e que trará graves consequências para uma Câmara que tem feito trabalho, tem desenvolvido o Concelho e cujas condições financeiras neste momento não são as mais favoráveis, fruto dos cortes sucessivos. Para se fazer aquilo que se faz em termos de apoio à população, nas mais variadas áreas, há que ter receitas.

Deixou no ar a questão: Vamos aumentar na água e pô-la ao nível da generalidade dos Concelhos? Isso seria, na sua opinião, um imposto muito mais injusto do que o IMI. O IMI é anual e o aumento é de apenas uma décima percentual relativamente ao ano anterior, que corresponde a dois e meio por cento (2,5%) de aumento e que, em termos médios, dará um aumento entre dez (10) e quinze (15) euros por ano.

Referiu, para terminar, que o Concelho do Seixal é o quarto com a água mais barata na Área Metropolitana de Lisboa.

Por tudo o que expôs, declarou que a bancada da CDU irá votar contra esta moção.

Não havendo mais intervenções a registar, **posta a Moção a votação foi a mesma rejeitada com sete (7) votos a favor (PS e BE), onze (11) votos contra (CDU) e duas (2) abstenções (PSD).**

Almerinda Bento (BE), apresentou à Assembleia uma **Moção com a epigrafe “Em memória das mulheres assassinadas no nosso concelho”** a que corresponde o **Doc. 3**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Antes de apresentar a moção disse que foi com satisfação que hoje a Assembleia se iniciou de forma diferente, que considerou muito digna e muito bonita.

A moção que irá apresentar não é uma repetição da moção apresentada pela bancada do PS e é importante que aqui seja trazida porque a mesma lembra os nomes das pessoas e foi com esse objetivo que foi feita.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Vítor Gonçalves (CDU), teve a palavra para sugerir que caso esta moção seja aprovada seja enviada para as mesmas entidades referidas na Moção com a epigrafe “Pela eliminação da violência contra as mulheres”.

Júlia Freire (CDU), iniciou dizendo que a bancada da CDU irá votar favoravelmente esta moção tal como o fizeram com a moção apresentada pelos eleitos do PS, sobre a mesma temática. Manifestou um profundo repúdio por todas estas ações e concorda plenamente com o que foi dito e proposto nas duas moções. Basta de violência.

Não havendo mais intervenções a registar, **foi a Moção posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Ana Sofia Santos (CDU), apresentou à Assembleia uma **Moção com a epigrafe “Mobilidade e transportes na Freguesia de Amora”**, a que corresponde o **Doc. 4**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Antes de apresentar a Moção deixou uma saudação e um agradecimento ao Grupo Coral Operário Alentejano do Centro Cultural e Desportivo das Paivas por os ter presenteado com uma atuação tão bonita e calorosa.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Bruno Vasconcelos (PSD), iniciou a sua intervenção dizendo que efetivamente existe um problema de mobilidade no nosso Concelho e os eleitos do PSD não são alheios a esta situação. Tanto assim é que já apresentaram nesta Assembleia uma moção, que foi rejeitada, sobre a Ponte da Fraternidade, que tantos constrangimentos continua a causar a quem quer circular no nosso Concelho. Achou até curioso que tal não fosse mencionado nesta moção.

É dito na Moção que a Assembleia de Freguesia de Amora delibera exigir a construção de um nó de acesso à A2 na zona entre Corroios e a Cruz de Pau.

Sobre esta exigência deixou a questão: Exigir a quem? Certamente não será ao governo uma vez que a entidade competente é as Estradas de Portugal.

Na sua opinião não faz qualquer sentido abrir ali um acesso à autoestrada. Aquilo já é um caos, só quem passa ali todos os dias é que tem a noção de como aquilo é complicado, e fala com conhecimento de causa, e a abertura de um novo acesso só iria causar mais constrangimentos.

Relativamente à conclusão da Estrada Regional 10, lembrou que isso foi um protocolo falhado com a Câmara Municipal do Seixal. Como tal essa exigência será dirigida à Câmara Municipal ?

No que toca à abolição das portagens na A33, disse que a bancada do PSD é a favor do utilizador/pagador, logo não poderão estar de acordo com este tipo de exigência.

Concordam com alguns pontos mencionados, mas uma vez que a Ponte da Fraternidade, que é uma competência camarária, não foi sequer mencionada a sua bancada irá abster-se na votação desta moção.

Almerinda Bento (BE), teve a palavra e começou por dizer que de facto as questões da mobilidade e o direito à mesma são problemas já antigos e muito complicados que vivemos diariamente na nossa Freguesia e no nosso Concelho.

A questão dos horários dos barcos mostra bem qual é a visão que as empresas de transportes têm relativamente à população. Se não dá lucro, fecham-se carreiras. Não existe uma perspetiva de serviço público, existe apenas uma perspetiva de lucro.

A mobilidade é um direito humano básico. Sem transportes públicos quem não tem carro próprio não se pode deslocar. Aliás as sociedades modernas têm transportes públicos, não obrigam as pessoas a poluir o ambiente.

Na sua opinião fazia todo o sentido existir nesta assembleia um grupo de trabalho relacionado com a mobilidade e os transportes que fizesse a ligação com as comissões de utentes existentes ou a serem criadas, não só no Concelho mas até na Área Metropolitana de Lisboa.

Apesar do nosso Concelho estar profundamente mal servido ao nível dos transportes, esta não é uma questão apenas nossa. É preciso agir e mobilizar as pessoas para resolver uma situação verdadeiramente inadmissível.

Não havendo mais intervenções a registar, **posta a Moção a votação foi a mesma aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE), e duas (2) abstenções (PSD).**

Nuno Pombo (CDU), apresentou à Assembleia a **Moção com a epígrafe “O Orçamento de Estado para 2015 continua a agravar as condições de vida da população de Amora”**, a que corresponde o **Doc. 5**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Germano Meruge (PS), disse que a bancada do PS concorda com o que foi explanado na moção.

Gostaria, no entanto, que no ponto b) dos considerandos onde é dito: “O Orçamento de Estado para 2015 impõe novos cortes nos salários (cortes entre 2,8 % e 8 % nos salários acima de 1500 euros e congela os restantes) e pensões ...”.

Fosse acrescentado “e complementos de reforma das empresas públicas de transportes”.

Este pedido prende-se com o facto de esses complementos terem sido cortados através do Orçamento de Estado de 2014 no artigo n.º 75 e no Orçamento de Estado de 2015 no artigo n.º 77. Acrescentou ainda que esses complementos na reforma foram criados num acordo entre as empresas e os trabalhadores como incentivo à saída dos trabalhadores, a partir de uma certa idade, para a reforma. Esta medida afeta cerca de quatrocentos (400) a quinhentos (500) trabalhadores.

Aceite a proposta de alteração da moção pelos seus proponentes o ponto b) passou a ter a seguinte redação:

“O Orçamento de Estado para 2015 impõe novos cortes nos salários (cortes entre 2,8 % e 8 % nos salários acima de 1500 euros e congela os restantes) pensões e complementos de reforma das empresas públicas de transportes...”.

O número 2 das deliberações foi também alterado passando a ter a seguinte redação:

“Exigir a reposição dos salários aos trabalhadores, o aumento de todas as pensões, a reposição dos complementos de reforma...”.

Fátima Prior (PSD), apresentou a Assembleia e entregou à mesa **uma declaração de voto** a que corresponde o **Doc. 6**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Não havendo mais intervenções a registar, **posta a Moção a votação foi a mesma aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE), e dois (2) votos contra (PSD).**

Fátima Prior (PSD), apresentou à Assembleia a **Moção com a epígrafe “Saúde para todos”**, a que corresponde o **Doc. 7**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Rui Rosa (PS), disse que a sua bancada tem dúvidas sobre o significado do 4.º parágrafo da moção. Não entendem o que querem dizer com criar valor?

“O Serviço Nacional de Saúde, como bem comum a todos os portugueses, deve ser sustentável e deve criar valor”

Fátima Prior (PSD), explicou que o valor mencionado não é valor económico. É criar valor para o utilizador, ou seja, promover a saúde como prevenção para a doença e no caso da doença já estar instalada dar uma resposta em termos de recuperação e reabilitação.

Rui Rosa (PS), afirmou que para aprovarem esta moção o final da frase “..criar valor” deverá ser retirado, pois apesar da explicação, continuam a não entender o seu significado.

Rui Algarvio (CDU), teve a palavra e começou por confessar que foi com algum espanto que os eleitos da sua bancada observaram e analisaram esta moção uma vez que a mesma entra em total contradição com as políticas executadas pelo Ministério da Saúde e pelo governo PSD/CDS.

Nas deliberações da moção é exigida a criação do Centro de Saúde nos Foros de Amora. Sobre isso disse que embora não seja da competência desta Assembleia, nem tão pouco da Junta de Freguesia, mas sim dos órgãos camarários, a verdade é que já há muito tempo foram cedidos os terrenos para a construção da extensão de saúde nos Foros de Amora. Acontece que a extensão não foi construída porque para o poder central, para o governo PSD/CDS, a saúde não é uma prioridade. Só o é quando se trata da saúde dos privados, quando se trata de apoiar a construção de unidades de saúde privadas e as parcerias público/privadas.

A CDU valoriza o papel dos serviços de proximidade, o papel dos médicos de família, dos enfermeiros, dos técnicos de saúde e a prevenção e tratamento dos principais problemas da saúde, enquanto pedra basilar do nosso Serviço Nacional de Saúde, conquista maior da revolução de Abril.

Não podem deixar de constar que esta moção cujo título é “Saúde para todos” é uma contradição ser apresentada pelos representantes do partido que está no poder, tendo em conta que o mesmo tem contribuído, de forma descarada e vergonhosa, para a destruição e esvaziamento do Serviço Nacional de Saúde.

O partido que no Concelho do Seixal apresenta “Saúde para todos” é o mesmo que promoveu o aumento das taxas moderadoras nos centros de saúde de dois (2) para cinco (5) euros.

É o mesmo partido que nos hospitais, nas urgências, promoveu o aumento das taxas moderadoras de dez (10) para vinte (20) euros.

É o mesmo partido que limitou o acesso dos utentes da Freguesia de Amora, através do corte no horário do serviço de atendimento complementar até às vinte (20) horas quando anteriormente era até às vinte duas (22) horas.

É o mesmo partido que faz a “vida negra” aos médicos de família, estabelecendo limites à quantidade de exames que podem prescrever aos seus doentes.

É o mesmo partido que enquanto Governo faz questão de contabilizar quanto é que cada profissional de saúde gasta em exames e em medicamentos prescritos.

É o mesmo partido que estrangula o funcionamento do Hospital Garcia Orta e do Hospital do Barreiro com a recente aprovação da reorganização dos serviços de saúde hospitalar que pretende a fusão de serviços e de especialidades entre estes dois hospitais, estrangulando ainda mais os serviços de saúde na Península de Setúbal.

É o mesmo partido que promoveu a concentração das urgências noturnas na chamada urgência Metropolitana de Lisboa, obrigando os utentes, em determinadas especialidades, a serem atendidos no Hospital de São José ou no Hospital de Santa Maria a altas horas da noite.

Posto isto disse que a CDU votará favoravelmente esta moção mas referindo que será o povo a julgar a coerência das posição do Partido Social Democrático.

Fátima Prior (PSD), recordou que foi também este partido que aumentou o número de utentes com isenção das taxas moderadoras. Falou-se aqui na doação dos terrenos nos Foros de Amora, mas falando com algumas pessoas ligadas a decisores políticos na área da saúde, soube que existem dúvidas quanto aos termos em que foi feita essa cedência e daí o pedido de esclarecimentos que é feito no último ponto das deliberações desta moção:

“Esclarecer junto do Executivo da Câmara a atual situação de propriedade dos terrenos cedidos para o centro de Saúde de Amora e construção do Centro de Saúde de Foros de Amora.”

Terminou dizendo que fazendo parte de um partido democrático, de opiniões livres, não esquece que é autarca e natural desta freguesia e que para além de profissional do Serviço Nacional de Saúde é também utente. Não esquece a pessoa que é porque defender os valores da social democracia é ter a noção dos seus próprios valores.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, teve a palavra para transmitir aquilo que sabe sobre este assunto. Esclareceu que não existe cedência de terrenos. Tanto quanto sabe existe um terreno, na Quinta da Charnequinha nos Foros de Amora, que se destina à instalação de equipamentos. Não existem cedências “em branco”. Existe um terreno municipal, que foi à posse da Câmara no âmbito das infraestruturas da Quinta da Charnequinha e que se destina à construção exclusiva de equipamentos. Quando o Ministério da Saúde, que é a quem compete a construção dos centros de saúde e outros equipamentos de saúde, decidir avançar, então aí a Câmara, se assim o entender, cederá o terreno, através de contrato interadministrativo onde fiquem consignados direitos e obrigações para as partes derivadas da cedência de bem que integra o domínio privado do

Município. Nessa altura poderá até entender-se que o mesmo deverá ser pago. Com os cortes sucessivos, de milhares de euros, que a Câmara tem sofrido de transferências da Administração Central, é legítimo que futuramente possa exigir o pagamento dos terrenos.

Rui Rosa (PS), teve a palavra apenas para reforçar a ideia de que se o final da frase não for alterada, os eleitos do PS irão abster-se na votação.

Rui Algarvio (CDU), disse que é uma questão semântica, mas por vezes a semântica é importante. A frase tal como está poderá ter múltiplas interpretações e por isso também concorda que o final da frase deveria ser retirado.

Fátima Prior (PSD), começou por dizer que já explicou o significado da frase, mas já que é tão importante para toda a Assembleia, os eleitos da sua bancada aceitam a alteração. Passando o 4º paragrafo a ter a seguinte redação:

“O Serviço Nacional de Saúde, como bem comum a todos os portugueses, deve ser sustentável.”

Vítor Gonçalves (CDU), teve a palavra para sugerir que caso esta moção seja aprovada seja enviada para todos os grupos parlamentares da Assembleia da República e Ministério da Saúde.

Não havendo mais intervenções a registar, **posta a Moção a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.**

Deolinda Flor (CDU), apresentou à Assembleia a **Moção com a epigrafe “O despedimento de trabalhadores no ISS-IP”**, a que corresponde o **Doc. 8**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Bruno Vasconcelos (PSD), começou por dizer que para quem não sabe, isto foi consequência do Decreto Lei de 2006, aprovado pelo governo PS.

Presumiu que a bancada do PS irá votar a favor desta moção, uma vez que tudo o que seja contra este governo eles votam a favor e isso mostra a contradição e sede de poder que têm demonstrado, sendo populistas ao ponto de quando estão na oposição são contra uma medida que até foi criado pelo seu próprio partido.

A bancada do PSD também não é a favor do “timing” da reforma mas a mesma vai ao encontro daquilo que tem sido o espírito reformista que o governo tem seguido, tanto na educação, como na saúde e como tal irão abster-se na votação desta moção.

Rui Rosa (PS), não tinha intenções de intervir, mas como mais uma vez foram chamados à conversa não pôde deixar de o fazer.

Pelos vistos o PSD gosta de seguir as políticas do PS. Se estava mal porque é que não alteraram o Decreto?

Certamente não o fizeram porque até concordavam com ele e assim podem continuar a culpar sempre os mesmos. Mesmo que tenham passado vinte anos de o PS ter estado no poder a culpa vai ser sempre do Partido Socialista.

Terminou dizendo que a sua bancada irá votar a favor desta moção.

José António (CDU), teve a informação de que a loja de Amora da Segurança Social está previsto ser encerrada, sendo os seus trabalhadores e serviços deslocados para Setúbal. A nossa Freguesia e o nosso Concelho irão novamente ficar prejudicados com menos um serviço público de apoio à população.

Os transportes públicos além de poucos, são caros e isso deixa algumas pessoas sem alternativa, têm mesmo de se deslocar a Setúbal. A agravar a situação acontece que neste momento em Setúbal está em funcionamento, dada a grande afluência, um sistema de distribuição de um numero limitado de senhas diárias para o atendimento. O que significa que as pessoas ainda ficam sujeitas a deslocarem-se, gastarem dinheiro em combustível ou transportes e não serem atendidas.

Este despedimento coletivo é uma autentica luta contra os serviços públicos e que não tem qualquer cabimento. Estas medidas cada vez mais debilitam os mais frágeis.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, partilhou também uma informação de que teve conhecimento. Soube que a Loja de Sesimbra da Segurança Social, que é uma alternativas às sempre lotadas lojas de Amora e Setúbal, também irá encerrar. Estamos a assistir a uma concentração dos serviços públicos que vai contra o principio constitucional do Estado, que é o da proximidade dos serviços aos cidadãos.

Com este governo de “destruição nacional” estamos cada vez mais a concentrar serviços e a afastar as pessoas da possibilidade de resolução dos seus problemas junto a serviços públicos de proximidade. Tem sido assim com os tribunais, com a educação, com a segurança social, com os CTT, com a saúde, etc.

É gravíssimo o que está a acontecer e cada vez mais temos de ter consciência de cidadãos, começar a exercer a nossa cidadania no sentido de rapidamente conseguir que estas políticas e os seus autores sejam definitivamente afastados do poder e responsabilizados politicamente e penalmente nos casos em que para tal exista fundamento.

Deolinda Flor (CDU), começou dizendo não fazer a mínima ideia de onde saiu o Decreto Lei, se veio do PS ou de outro partido qualquer e também não está preocupada com isso. O que lhe interessa é que ele está agora a ser posto em prática, e concorda com o colega Rui Rosa quando disse que se estava mal deveria ter sido mudado.

Sabe apenas que isto está ao abrigo da Lei 35 de 30.06.2014 e nessa altura quem era governo era o PSD/CDS:O que está escrito na moção são factos, são números e a CDU não inventou nada.

Não podemos continuar a defender o indefensável. Quando se tenta fazê-lo e estão em jogo vidas de pessoas, tal significa que somos parte de um grupo que tem desonestidade ética, moral e intelectual. Tal como disse o Sr. Primeiro Ministro Passos Coelho somos “mexilhões”, mas não somos “burros” e não vamos ficar eternamente enganados, pois não é possível enganar muitas pessoas durante muito tempo. O povo já por diversas vezes

demonstrou claramente na rua a vontade de que este governo saia, já demonstrou que este governo pode ter legalidade mas não tem legitimidade para continuar a governar.

No dia nove ou dez de Dezembro houve uma reunião de sindicatos, relativamente a este assunto, com o secretário de Estado da Administração Pública, Dr. José Leite Martins e da Segurança Social Dr. Agostinho Branquinho, onde foi confirmado que existe falta de pessoal. Se há falta de pessoal como é que se vai despedir quase setecentas (700) pessoas? Luís Monteiro, vogal do Instituto de Segurança Social não conseguiu responder a esta questão, mas admitiu que os trabalhadores afetados estão a desempenhar funções, contrariando as afirmações que o Sr. Ministro Pedro Mota Soares fez.

No dia dezoito (18) de Dezembro cento e noventa e seis (196) trabalhadores de carreiras especiais da Segurança Social (enfermeiros, docentes, educadores de infância e técnicos) vão passar para a requalificação e o motivo alegado foi extinção do posto de trabalho.

Terminou a sua intervenção dizendo: “Ainda bem que nós não precisamos destes técnicos nem destas pessoas qualificadas. Ainda bem que em Portugal nós formamos bons profissionais mas depois os mandamos emigrar porque é uma boa oportunidade”.

Rui Rosa (PS), começou por dizer que os eleitos do PS quando têm de fazer elogios também o fazem e neste caso consideraram muito boa a intervenção da CDU.

Aconselhou o PSD a ler a resolução do Conselho de Ministros de quinze de Setembro de dois mil e quatorze (15.09.2014) sobre as medidas de reestruturação da administração pública.

Não havendo mais intervenções a registar, **posta a Moção a votação foi a mesma aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE), e duas (2) abstenções (PSD).**

Germano Meruge (PS), apresentou à Assembleia a **Saudação com a epigrafe “Saudação ao cante Alentejano”**, a que corresponde o **Doc. 9**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posta a Saudação a votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Bruno Vasconcelos (PSD), apresentou à Assembleia a **Saudação com a epigrafe “Saudação ao 25 de Novembro de 1975”**, a que corresponde o **Doc. 10**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posta a Saudação a votação foi a mesma rejeitada com dois (2) votos a favor (PSD), doze (12) votos contra (CDU e BE) e seis (6) abstenções (PS).

Rui Algarvio (CDU), apresentou à Assembleia a **Saudação com a epigrafe “Pelo reconhecimento do cante alentejano como Património Imaterial da Humanidade”**, a que corresponde o **Doc. 11**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posta a Saudação a votação foi a mesma aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE) e duas (2) abstenções (PSD).

Sara Oliveira (PS), apresentou à Assembleia um **Voto de pesar com a epigrafe “Falecimento de Domingos da Encarnação Rodrigues e Joaquim Valente Venâncio”**, a que corresponde o **Doc.12**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posto o Voto de Pesar a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

José António (CDU), apresentou à Assembleia um **Voto de pesar com a epigrafe “José Casanova”** a que corresponde o **Doc.13**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Posto o Voto de Pesar a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Fernando Alves (PS), apresentou à Assembleia uma **Tomada de Posição com a epigrafe “Solidariedade com os trabalhadores da Segurança Social”** a que corresponde o **Doc.14**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Vítor Gonçalves (CDU), perguntou ao Sr. Presidente da Mesa que figura era essa de documento. Não entendeu o porquê de o mesmo não ser considerado uma moção.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, respondeu que as deliberações dos órgãos coletivos tomam a forma de resolução e por isso, em rigor, o documento apresentado não deveria ser uma Tomada de Posição mas sim uma resolução.

No regimento da Assembleia não existe a figura regimental “Tomada de Posição”, o que não significa que não seja um assunto de interesse local.

Vítor Gonçalves (CDU), não contestou o facto de ser um assunto de interesse local.

Mas sendo este documento aceite, será ele discutido e votado, ou será só votado?

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, respondeu que será só votado.

Vítor Gonçalves (CDU), voltou a afirmar não entender. Se não existe esta figura no regimento, mas é aceite pela mesa, questionou o porquê de só poder ser votado e não poder ser discutido.

Insistiu que o documento deveria ser considerado uma moção dado que no seu final é dito : “Neste sentido, os eleitos da Assembleia de Freguesia, deliberam:”.

Para abreviar esta questão sugeriu aos proponentes da Tomada de Posição que a alterassem para Moção.

Fernando Alves (PS), teve a palavra para dizer que a sua bancada aceitava que o documento passasse a ser uma Moção.

Esta Moção foi admitida à discussão, por unanimidade.

Não havendo intervenções a registar, **posta a Moção a votação foi a mesma aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE), e duas (2) abstenções (PSD).**

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, informou que a bancada do PS entregou à mesa um documento com a epigrafe “Declaração política” que não tem qualquer enquadramento no regimento da Assembleia.

Considerou que o documento é uma errata aquilo que o PS fez na última Assembleia quando votou favoravelmente uma moção que não queria votar.

Disse que podiam entregar o documento à mesa e apresentá-lo à Assembleia, mas o mesmo não irá ter qualquer consequência uma vez que não iria ser discutido nem votado. Esta declaração não poderá servir para reparar o sentido de voto do PS na Moção “Defender os valores da paz e da solidariedade entre os povos” aprovada na Assembleia realizada em 30 de Setembro de 2014.

Fernando Alves (PS), apresentou à mesa uma **Declaração Política** a que corresponde o **Doc.15**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Vítor Gonçalves (CDU), pediu a palavra para exercer o direito do contraditório.

Na sua opinião os eleitos do PS com esta declaração política estão a por em causa a competência da Assembleia de discutir aquilo que todos aceitaram que fosse discutido e que votaram como quiseram. Agora estão muito arrependidos, porque se calhar levaram uns açoites dos chefes.

Os eleitos do PS ao submeterem-se vir a esta Assembleia por em causa o órgão, estão a ter uma atitude ofensiva para com os restantes membros da Assembleia. Aconselhou-os a não porem os outros em causa a porem-se em causa a si próprios. Digam claramente e com coragem que estiveram mal perante o seu partido e por isso têm de renunciar ao seu próprio voto.

Não pôde aceitar e repudiou esta atitude que não tem base legal, nem sequer moral. É uma imoralidade política e por isso sentiu-se ofendido politicamente e esta atitude mostra muita coisa.

Fátima Prior (PSD), apresentou à mesa um **Pedido de esclarecimento sobre a recolha de resíduos sólidos urbanos** a que corresponde o **Doc.16**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, teve a palavra para dizer que esta é uma competência da Câmara Municipal e por isso é uma questão que deverá ser remetida para a mesma.

O Executivo da Junta tem feito algumas diligências e constatou que houve um período complicado, por motivos vários, mas que neste momento está a ser regularizado, situação aliás que considerou ser já visível.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, suspendeu os trabalhos por um período de quinze (15) minutos.

Retomados os trabalhos , entrou-se no 4º Ponto da Ordem de Trabalhos - Período da Ordem do Dia:

a) Apreciação do 4.º Relatório Trimestral de 2014;

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, teve a palavra para dizer que este Relatório reflete o trabalho efetuado pela Junta de Freguesia durante os meses de Setembro, Outubro e até 15 de Novembro. Acrescentou ainda que no final do relatório encontram-se os mapas da execução orçamental desde o início do ano até 15 de Novembro.

Disse estar ao dispor dos eleitos para esclarecer qualquer questão que queiram colocar.

Rui Rosa (PS), começou por fazer referência ao 3º Relatório trimestral, onde é mencionado que a Junta de Freguesia gastou dois mil quinhentos e cinquenta e oito (2.558) euros com o Boletim Informativo da Junta. Gostaria de saber qual o valor gasto neste trimestre com o mesmo, uma vez que não vem mencionada nenhuma verba neste 4.º Relatório trimestral.

Comparando o número de eleitores atuais com Dezembro de 2013, verificaram que existem menos cento e oitenta (180) eleitores.

A taxa de execução do IMI situa-se nos setenta e seis virgula cinquenta e cinco por cento (76,55%), valor inferior ao previsto. Será que ainda estão em falta algumas transferências da Câmara?

Nos cemitérios, mercados e feiras a taxa de execução é superior ao previsto. Deixou no ar a questão: Será que isso significa que a população da Amora está a ser penalizada pelos custos dos serviços prestados pela Junta?

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, em resposta à primeira pergunta explicou que o Boletim da Junta, referido no 3.º Relatório, é anual e habitualmente é apenas publicado pela altura das festas populares uma vez que contem o programa das mesmas. Este ano foi feita uma edição de dez mil (10.000) exemplares e daí o custo mencionado.

Relativamente à taxa de execução do IMI disse que a Junta tinha uma previsão de sessenta mil (60.000) mil euros. Esse valor não passa, no entanto, de uma previsão uma vez que nunca ninguém conseguiu dizer concretamente qual seria o valor. Vão sendo informados mensalmente de acordo com o IMI que vai sendo cobrado.

Neste momento a taxa de execução do IMI está em setenta e sete virgula quarenta por cento (77,40%) que dá um total de quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois mil (46.442) euros. Há pequenas tranches que ainda irão ser cobradas uma vez que falta o restante mês de Dezembro, mas os valores irão certamente ficar aquém do valor

orçamentado. Este é um dos problemas desta receita. É uma receita incerta, que depende do IMI cobrado pela Câmara.

Em relação à taxa de execução do cemitério estar com uma taxa de execução elevada isso tem a ver com o facto de o cemitério ter estado condicionado em 2011, 2012 e parte de 2013. Só a partir de então é que o cemitério foi aberto a toda a população o que aumentou o numero de inumações (funerais) e exumações (levantamentos) o que se refletiu nas receitas cobradas.

b) Discussão e aprovação do Orçamento, Plano Plurianual das Ações e Plano Plurianual de Investimentos, relativos ao ano de 2015 (a aprovar em minuta).

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, começou por dizer que este orçamento conta com menos setenta e três mil, cento e vinte e cinco (73.125) euros de receita relativamente ao ano corrente, muito pelo facto de competências que eram delegadas pela Câmara Municipal do Seixal, nomeadamente as calçadas, polidesportivos e animação de espaços públicos, com a aprovação da Lei 75/2013, passarem a ser competências próprias da Junta. A contrapartida para essas novas competências, no Orçamento Geral do Estado é um (1) por cento do IMI cobrado na freguesia.

Tal como disse anteriormente essa receita é imprevisível e ficará com certeza muito aquém do que era transferido pela Câmara Municipal do Seixal através dos protocolos de delegação de competências. Sendo agora estas competências próprias das Juntas a Câmara também não poderá transferir qualquer verba para esses fins.

Nas despesas existe um acréscimo na aquisição de serviços que tem a ver com a nova competência dos espaços verdes. Não sendo uma nova competência não tem nada a ver com os valores anteriores uma vez que envolve uma área muito superior à anterior. (passou de 0,6 ha, para 3,2 ha). Como a Junta não tem pessoal para assumir esta competência a mesma será executada através da prestação de serviços.

Menos receita, mais despesa irá dar menos investimentos. Relembrou, no entanto, que este é o orçamento inicial. Em Abril, quando for feita a primeira Revisão Orçamental e o saldo da Conta de Gerência de 2014 for aplicado, o mesmo será reequilibrado e reforçadas as rubricas que agora estão mais baixas.

Vítor Gonçalves (CDU) teve a palavra para fazer um breve comentário ao Orçamento, PPA e PPI em discussão. Os eleitos da CDU ao fazerem a apreciação do Orçamento da Junta de Freguesia de Amora para o ano de 2015 não podem deixar de relevar o equilíbrio entre a fraca receita e a excelência da despesa. Ou seja “faz-se muito com pouco dinheiro”.

A obsessão do Governo em penalizar o Poder Local Democrático, não o dotando com as verbas necessárias para um melhor trabalho junto das populações, revela uma incapacidade para entender que são as populações que fazem a história e não os governos. Para além deste Governo, o Povo e o Poder Local Democrático continuarão juntos e integrados porque não são elites, são eles mesmos e serão eles realmente a fazer a história. Podem afirmar que mais de cinquenta por cento (50%) dos quatrocentos e dois mil, trezentos e noventa e cinco (402.395) euros, do financiamento do Estado são-lhe

devolvidos sobre a forma dos mais diversos impostos. Dos restantes setecentos e cinquenta e oito mil trezentos e noventa e nove (758.399) euros que completam o valor das receitas do orçamento, seguramente mais de vinte por cento (20%), cento e cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta (151.680) euros revertem igualmente para o estado sobre a forma de IVA.

Resumindo de um orçamento de um milhão, cento e oitenta mil, oitocentos e noventa e cinco (1.180.895) euros mais de trezentos e noventa mil (390.000) euros são subtraídos ao orçamento, pelo que este não atinge, em termos reais, os oitocentos mil (800.000) euros, o restante são impostos. No entanto, é com este valor que a Junta paga aos seus trabalhadores, suporta todos os encargos inerentes ao seu funcionamento, trata do cemitério, dos mercados, da administração urbanística, dos parques e jardins, das escolas do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, da cultura, do desporto, da saúde e da ação social, indo muito além das suas próprias competências em muitas destas áreas e tudo isto só é conseguido com muito rigor, trabalho, honestidade e competência.

Realçou ainda que ao abrigo do estatuto da oposição o Partido Socialista e o Partido Social Democrata não apresentaram qualquer proposta para a elaboração deste orçamento, o que faz pressupor o seu voto favorável, tal como a CDU o irá fazer e com toda a convicção.

Concluiu a sua intervenção dizendo que este orçamento, com as suas limitações financeiras, irá corresponder às necessidades essenciais da população e dentro dos possíveis transformar para uma vida melhor.

Almerinda Bento (BE), apresentou à mesa a Posição do Bloco de Esquerda sobre o Orçamento, PPA e PPI para 2015, **a que corresponde o Doc.17**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Antes de apresentar o documento referiu que gostou, particularmente, de uma expressão usada pelo interveniente anterior, quando o mesmo disse que são as populações que fazem a história e não os governos. O Bloco de Esquerda tem a mesma visão e concorda.

Posto o Orçamento, Plano Plurianual das Ações e Plano Plurianual de Investimentos, relativos ao ano de 2015 a votação foi o mesmo aprovado, em minuta, com onze (11) votos e favor (CDU) e nove (9) abstenções (PS, PSD e BE).

c) Discussão e aprovação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Amora (a aprovar em minuta);

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, iniciou dizendo que o mapa de pessoal é insuficiente para as competências que a Junta tem. São no total vinte e sete (27) trabalhadores o que dá uma média de um (1) trabalhador por cada dois mil (2.000) habitantes. Na área da administração urbanística existem dois lugares vagos que necessitam de ser preenchidos através da abertura de concurso.

O Orçamento de Estado para 2015 continua a colocar enormes entraves à contratação de novos trabalhadores. As autarquias que estejam em desequilíbrio financeiros nem sequer o podem fazer e as restantes, como é o caso da Junta da Amora, também estão condicionadas

porque permitem que se admita pessoal desde que não se aumente a despesa relativamente ao ano anterior.

Nuno Conceição (PS), teve a palavra para colocar uma dúvida. No cemitério são referidos três (3) assistentes operacionais que têm como atividade os pontos nove (9) e onze (11). Pensam que o ponto onze (11) não tem nada a ver com a atividade desenvolvida no cemitério :

“Promover a execução e acompanhamento de obras da Freguesia, por administração direta, executar pequenas reparações nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Infantários da rede pública, proceder ações de limpeza dos espaços públicos, efetuar transporte de materiais e colaborar em todas as iniciativas culturais e desportivas promovidas pela Junta de Freguesia”

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, explicou que isso acontece porque dois (2) dos funcionários são coveiros e tem a atividade mencionada no ponto nove (9). O outro assistente operacional pertença à administração urbanística e só foi colocado no cemitério porque é ele que trata da ornamentação das campas.

Posto o Mapa de Pessoal de 2015 a votação foi o mesmo aprovado, em minuta, com dezoito (18) votos e favor (CDU, PS e BE) e duas (2) abstenções (PSD).

d) Discussão e aprovação da proposta de atualização de Taxas e Licenças para o ano de 2015 (a aprovar em minuta);

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, começou por dizer que as taxas sofreram poucas alterações. Onde foram mais acentuadas foi no cemitério, principalmente nas taxas que têm a ver com construções e/ou reconstruções de campas, embora o custo ainda esteja muito aquém do seu valor real.

No mercado procuraram manter as taxas nas bancas de ocupação mensal e permanente. Onde se registaram maiores aumentos foi nas taxas das bancas e terrados de ocupação ocasional, pois existem muitos vendedores que só vão ao mercado ao sábado.

As taxas de ocupação da via pública aparecem agora mais detalhadas e isto porque, muito provavelmente, a Junta de Freguesia irá assumir cada vez mais o licenciamento da ocupação do espaço público temporário e ocasional. Nas taxas anteriores havia um valor único de dezassete euros (17) o metro quadrado, agora existem taxas para ocupação consoante a quantidade de metros que ocupam e o tempo que ocupam o mesmo (diária, semanal e mensal)

Rui Rosa (PS) apresentou à mesa uma **declaração de voto** sobre as taxas e licenças para 2015, **a que corresponde o Doc.18**, anexo à presente Ata e que dela faz parte integrante.

Nuno Pombo (CDU), teve a palavra para mostrar a incredibilidade face ao que tinham acabado de ouvir.

As taxas e licenças em 2014 foram orçamentadas em quarenta e três mil e quinhentos (43.500) euros e agora descem para trinta e cinco mil (35.000) euros. O total das receitas das taxas e licenças é de dois (2) ou três (3) por cento do total do orçamento da Junta de Freguesia de Amora.

Posta a proposta de atualização de Taxas e Licenças para o ano de 2015 a votação foi a mesma aprovada, em minuta, com doze (12) votos a favor (CDU e BE), seis (6) votos contra (PS) e duas (2) abstenções (PSD).

e) Proposta de adesão à Plataforma Cívica da Península de Setúbal em defesa do Serviço Nacional de Saúde (a aprovar em minuta);

Posta a proposta de adesão à Plataforma Cívica da Península de Setúbal em defesa do Serviço Nacional de Saúde, a votação foi a mesma aprovada com dezoito (18) votos a favor (CDU, PS e BE) e uma (1) abstenção (PSD).

Vítor Gonçalves (CDU), no final de mais um ano civil em que, politicamente, não se voltarão a encontrar, uma vez que não haverá uma Assembleia Extraordinária até final do ano, em nome da CDU desejou as boas festas ao Executivo da Junta, com votos de um bom ano de trabalho em prol da população, como aliás é habito e faz parte do ADN da CDU enquanto poder, à mesa e a todos os presentes. Um ano com tudo de bom para todos.

Isabel Antas (PS), desejou também um feliz natal e boas festas à Mesa, ao Executivo da Junta, aos restantes membros eleitos e à “resistente” população ainda presente. Um próximo ano de 2015 risonho para a nossa Freguesia e que, independentemente das divergências existentes, cá estejam todos para servir a população.

Almerinda Bento (BE), desejou a todos boas festas, muita saúde, muita força para aguentar o “barco” e muita vontade para ir para a rua lutar.

O governo já começou a sentir que as eleições estão próximas e já começou a dar alguns “cheirinhos” de novidades. As coisas estão mal, não só no nosso país mas mundialmente, no entanto disse acreditar que as pessoas tem discernimento para perceber que é preciso lutar pelo bem estar e por uma maior qualidade vida. Boa sorte para todos.

Fátima Prior (PSD), renovou os votos de boas festas ao executivo, à mesa, a todos os eleitos e população presente. Um santo natal e que o ano de 2015 seja próspero e que todos, embora reconhecendo aquelas que serão sempre as suas divergências, consigam continuar a trabalhar em conjunto e em prol dos que os elegeram.

O Presidente da Junta de Freguesia – Manuel Araújo, em nome do Executivo desejou um bom natal para todos os presentes e suas famílias. Em 2015 cá estarão para trabalhar e para isso conta, antecipadamente, com a colaboração de todos.

Se o Sr. Presidente da Mesa o autorizar, provavelmente antes da próxima Assembleia Ordinária de Abril, irão ter uma Assembleia Extraordinária. Existem uma série de protocolos e de Regulamentos que gostariam de discutir e aprovar e que numa Assembleia Ordinária com uma Ordem de trabalhos extensa, passam um pouco despercebidos.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia – Pedro Mogárrio, desejou a todos um ano com mais qualidade de vida e que isso parta sempre da vontade de cada um ter um ano diferente. Que seja o ano de concretização daquilo que aqui têm vindo a fazer, lutar pela dignidade da nossa terra e serem cidadãos.
Bom ano e boas festas a todos.

Seguidamente, não havendo mais intervenções, agradeceu a presença de todos e deu **por terminados os trabalhos**.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente:

O 1ª Secretário:

A 2º Secretária:

Ata aprovada na Assembleia de Freguesia Ordinária, realizada em 23/04/2015, por unanimidade.